



43

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0002672-45.2014.8.17.0000 (0330332-2)

COMARCA: Bonito – Vara Única
IMPETRANTE: Paula Isabel Bezerra Rocha Wanderley
PACIENTE: **José Ednilson Pereira da Silva**
PROCURADORA: Drº. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO. INCORRÊNCIA. ANTERIOR CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

- I- Não há que se falar em excesso de prazo para a conclusão do Sumário. Primeiramente, porque o paciente não se encontra segregado desde 2005, mas sim, desde 2012. O mandado de prisão, inclusive, decorreu do descumprimento das obrigações impostas por ocasião da concessão da Liberdade Provisória. Além disso, o feito possui relativa complexidade, sendo necessária a expedição de cartas precatórias para a oitiva de testemunhas.
- II- Também não há possibilidade de aplicação de quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que o acusado já foi anteriormente beneficiado e as descumpriu.
- III- Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de Habeas Corpus nº **0330332-2**, no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 29 de maio de 2014.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



44

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 0002672-45.2014.8.17.0000 (0330332-2)

COMARCA: Bonito – Vara Única
IMPETRANTE: Paula Isabel Bezerra Rocha Wanderley
PACIENTE: **José Ednilson Pereira da Silva**
PROCURADOR: Drº. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, impetrado pela Bela. Paula Isabel Bezerra Rocha Wanderley, em favor de **José Ednilson Pereira da Silva**, qualificado às fls. 02, com fulcro no Art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal e nos Arts. 282, §5º e 400 do CPP, apontando como autoridade coatora o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BONITO/PE**, local em que o paciente responde à **Ação Penal nº 0000011-21.2005.8.17.0320** pela prática tipificada nos Arts. 155, §4º, I e IV do CP (Furto Biquilificado).

Em síntese, o impetrante alega que o paciente encontra-se preso desde o dia 21 de julho de 2005, sem que a instrução processual tenha sido encerrada, sendo flagrante o constrangimento ilegal imposto pela autoridade coatora.

Ao final, requer a concessão da Liberdade Provisória, sem arbitramento de fiança, e, subsidiariamente, a imposição de medida cautelar distinta da prisão.

À inicial não foi acostada qualquer documentação.

Em continuidade, **indeferi** o pedido liminar, ante a ausência dos pressupostos necessários à sua concessão (fls. 14/15), e **oficiei** ao M.M. Juízo singular para que prestasse informações pormenorizadas sobre as alegações constantes da petição inicial (fl. 17).

Em 16/04/2014, através do Ofício nº 2014.0879.003090, foram prestadas informações atualizadas pela indigitada Autoridade Coatora, fls. 23/24.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Drº. Adalberto Mendes Pinto Vieira, apresentou promoção pela denegação da ordem (fls. 36/39v).



45

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, mediante o qual se pugna pela revogação da prisão preventiva, tendo em vista o suposto excesso de prazo para o término da instrução processual.

Conforme narrado na Denúncia (fls. 25/26), na madrugada do dia 02 de maio de 2005, por volta das 04h00m, após ultrapassar uma cerca de arame farpado, o denunciado, juntamente com um comparsa identificado apenas como "NEGUINHO", subtraiu a motocicleta Honda Titan CG-125, placa BVW 7160 – São Paulo, ano 1995, cor cinza, pertencente ao Senhor José Geovane de Melo.

De acordo com a exordial, a moto estava guardada dentro da garagem da residência da vítima, situada na Travessa do Macedo, nº 24, no Bairro do Veloso. O ofendido ainda viu o comparsa do ora paciente no momento do crime, chegando inclusive a gritar, porém os dois conseguiram fugir.

Em seguida, os meliantes se dirigiram até o Município de Ribeirão/PE, mais precisamente na comunidade do Engenho Progresso, e lá, após ludibriarem a pessoa de ICLEIBER RAFAEL DOS SANTOS, "trocaram" a moto por outra, utilizada na prática de trilhas.

Analiso.

De acordo com as informações repassadas pelo magistrado singular (fls. 23/24), observo que, ao contrário do versado pelo impetrante, o ora paciente não se encontra preso desde o ano de 2005, mas sim, desde o mês de dezembro de 2012, em decorrência de mandado de prisão datado de 2006, tendo em vista o descumprimento dos deveres que lhe foram impostos por ocasião da concessão do benefício da Liberdade Provisória. Assim versou o magistrado:

"Às fls. 69/71, termo de interrogatório do então paciente José Edinilson Pereira da Silva.



46

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Às fls. 73/76, há pedido de liberdade provisória formulado pela defesa do mesmo, bem como impetrado Habeas Corpus às fls. 93/98.

Foi concedida a liberdade provisória em favor do Acusado, consoante decisão de fls. 108/109 e termo de advertências e deveres subscrito pelo acusado às fls. 111.

Designada audiência de instrução, conforme assentada de fls. 123/124, onde o acusado não compareceu, não tendo sido encontrado nem seu endereço e ainda, havendo informações de que o mesmo teria ido embora para Caruaru, razão pela qual foi revogado o benefício da liberdade provisória, sendo expedido mandado de prisão em desfavor do acusado em novembro de 2006, o qual só foi cumprido em 04/12/2012, conforme ofício de fls. 133.

Cumpre salientar ainda que houve um grande entrave processual quanto à localização das testemunhas arroladas da denúncia, mormente porque houve a necessidade de deprecar-se a oitiva de duas delas, residentes na Comarca de Ribeirão/PE. Por diversas vezes os autos foram com vista ao Ministério Público a fim de tentar sanar a questão, nem sempre havendo êxito no cumprimento das diligências para localização das testemunhas.

No presente momento, o processo encontra-se aguardando devolução de nova carta precatória expedida à comarca de Ribeira para oitiva das testemunhas ali residentes. É crível que brevemente seja concluída a instrução criminal para então ser prolatada a sentença." (grifei)

Observa-se, portanto, que não existe, nesse momento, coação ilegal a ser sanada. A Decisão que concedeu a Liberdade Provisória ao ora paciente é datada de 30 de agosto de 2006 (fls. 27/28), sendo que no dia seguinte o acusado compareceu em juízo e assinou o Termo de Advertência e Deveres, obrigando-se a cumprir as exigências ali impostas (fl.29). Às fls. 30/31 consta a Assentada de uma Audiência de Instrução para qual o acusado deixou de ser intimado em virtude de não mais residir no endereço fornecido ao juízo, sendo então expedido mandado de prisão, o qual somente veio a ser cumprido em dezembro de 2012, ou seja, mais de 06 (seis) anos depois.

Além disso, o retardo no término do Sumário encontra justificativa na complexidade do feito, o qual requer a expedição de cartas precatórias para oitiva de testemunhas, sendo esta, inclusive, a atual fase do procedimento.

Quanto à possibilidade de imposição de medida cautelar diversa da prisão, entendo que nenhuma delas será suficiente a garantir a aplicação da Lei Penal, principalmente quando observado o fato de que



47

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

o réu já foi beneficiado por tal medida, ocasionando em sua fuga do distrito da culpa, motivo pelo qual teve novamente decretada a sua custódia cautelar.

Por todo o exposto, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem.**

É como voto.

Recife/PE, 28 de maio de 2014.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator